Doc id.	transcription_20250831_202153
Location	Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino (Macau, cx. 1, doc. 1)
Revised by	Francisco Peixoto
Note	Artificial intelligence has been used to generate this transcriptions and summary. It was briefly reviewed by a human professional historian. The goal is to provide extended search capabilities to the BDM database; it is not intended for academic publishing.
Contact	For additional information, please contact us by email to bdm@usj.edu.mo . Don't forget to include the above document ID for easier tracking.

Summary

This royal "Regimento" (regulation), created by Francisco de Bairo in Madrid on 16 February 1587 and written by Roque Vieira, establishes the duties for the Ouvidor (judge) of Macau. The Ouvidor has jurisdiction over civil cases up to 120,000 reis for movable goods and 80,000 reis for real estate, with appeals sent to the Relação in Goa. In criminal cases, sentences are decided jointly with the Capitão (Captain); the oldest Vereador (councilman) serves as a tie-breaker if they disagree. Death sentences for nobles such as Escudeiros or Cavalheiros require prior approval from the Viceroy. The Ouvidor also serves as Judge of Orphans. To ensure judicial freedom, the document asserts the Ouvidor's independence from the Capitão's authority. He is to receive an annual salary of 200,000 reis paid from the Feitoria de Malaca. The regulations explicitly forbid the Ouvidor from interfering with the Mandarim's jurisdiction over the Chinese population. The decree, signed by "El Rey," was ordered to be registered in the official records of the State of India.

page_0001

112.1

Titulo do Regimento do Ouvidor de
Macau nas partes da China

1 O Ouvidor de Macau conhecerá por acções nova devidas as Cauzas Civeis, e Crimes; e as beixas Civeis que em seu Juizo se processarem sentenciará finalmente por si só, dando Appellação no Cazos que não couberem em sua alçada para a Relação, eos Instrumentos de Agravo, ou Cartas testemunhaveis, que diante d'elle se tirarem das Sentenças interlocutorias, deque por bem de Minhas Ordenaçoens se podem agravar, seraõ para a Relação, e não para o Ouvidor Geral, como athé aqui se fazia.

2º. Enos Cazos Civeis que não couberem na alçada do ditto Ouvidor sendo a Condemnação de dinheiro, ou de quaesquer Bens moveis deque se apellar, como ditto he, não ganhindo o Condemnado, Bens de Raiz, ou não dando fiança bastante á Condemnação, se fará a execução pela ditta Sentença, posto que d'ella está appellado na forma da Ordenação do Lº. 3º. ttº. 71. S. final, o qual se guardará nas dittas appellaçoens, posto que fale de agravos.

3º. E sendo as dittas Sentenças dadas por virtude de alguma Escriptura publica, ou Contracto, que tenhaõ a mesma força, e vigor,

ou por Conhecimento reconhecido, se fará
execução na forma da Ordenação do L.º 3.º.
tt.º 16 no principio, e conforme as leys da
Reformação da Justiça, q' falaõ nesta Ordenação.

page_0002

11.2

4º Que o ditto Ouvidor procederá por si só os Feitos Crimes athé final, as quaes tanto que estiverem concluhidas, os fará asaber ao Capitão para apensarem dia Certo, e a hora emque sehão deajuntar em alguma Caza publica se a houver na ditta Povoação de Macau, para se lhes dar despacho, e não havendo a ditta Caza publica, seajuntará o Ouvidor com o Capitão na Caza aonde elle pouza, e sendo o ditto Ouvidor, e Capitão conformy se escreverá a Sentença pelo Ouvidor emque se aßignarão ambos, áqual se dará a devida execução cabendo em sua alçada; e sendo em voto differente não se escreverá a Sentença, e tomarão Terceiro que será o Vereador mais velho, ao qual se dará juramento de que o fará a mento no mesmo Feito, e conforme o em que por dous for acordado se porá a Sentença emque todos tres assinarão, a que se dará a devida execução pelo modo sobredito.

5º E as Cauzas Crimes que não couberem na alçada do ditto Ouvidor as despachará por si só para que o Capitão seja presente dando appellação na forma das minhas Ordenaçoes para a Relação, aonde o Ouvidor Geral do Crime a despachará conforme o seu Regimento.

6º E não estando o Capitão na ditta Pova-

ção de Macau, o ditto Ouvidor despachará os dittos Feitos Crimes, que cabem em sua alçada por si só como lhe parecer Justiça, dando suas Sentenças á execução como se foram dadas com o Capitão.

page_0003

113

7º O ditto Ouvidor sirvirá juntamente de Juiz dos Orphaõs, guardando em tudo o Regimento de-

clarado em Minhas Ordenaçõens, e nas mais Leys Extravagantes, que nos Juizes dos Orphaõs falaram, e uzarem no ditto officio de Juiz dos Orphaõs da alçada que por este Regimento lhe hé concedida no officio de Ouvidor.

*Allem de se conceder por se nomear Orionaes Juiz dos Orphaõs.

8º Haverão dous Escrivaens que sirvirão diante do ditto Ouvidor afim nas Cauzas da Provedoria, como dos Orphaõs, os quaes serão juntamente Tabuliaens de Nottas, e sirvirão o ditto officio, e igualmente havendo entre elles destribuição.

9º Haverá hum Meirinho, que sirvirá diante do ditto Ouvidor, e sirvirá de Carceireiro, e terá vinte e quatro mil Rejs de ordenado cada Anno, e quatro homens, e o pagamento se lhe fará na feitoria de Malaca.

10º Lanará Cartas de seguro no Cazo, em que as podem passar os Corregedores das Comarcas, e afim em todos os Cazos, em que as passará o Corregedor da Corte, e nos em que o ditto Corregedor da Corte as passae em Relação conforme o seu Regimento, as passará o ditto Ouvidor com parecer do Capitaõ, e sendo differentes tomarão o Conceiro, que será o Vereador

mais velho, e bastará serem dous delles conformes em conceder, ou negar as Cartas, e os livramentos das Penhoras, a que as passarem correrão diante do ditto Ouvidor; o que afim Hey por bem havendo Respeito á distancia que há desta Povoação de Macáo á Cidade de Goa, aonde está a Relação, e á grande vexação que leceberão as Partes em hirem Requerer a lugares taõ remotos.

11° Terá o ditto Ouvidor alçada nas Cauzas

page_0004

No. 4

Civeis athé Censo evinte mil Reij, nos Bens movej, ena de Raiz athé oitenta mil Reij; edosque passarem da dita quantia, que não couberem na sua alçada, dará o dito Ouvidor appellação ypara a Relação.

12.

Enos Feitos Crimes será o dito Ouvidor com a Capitania alçada que tem a Capitania dos Meus Lugares d'alem declarada na Ordenação Liv.o 2.o to. 47 nos Borreguey, enas Sentenças que derem nos Cazos que couberem em sua alçada, conforme a este Regimento, e á ditta Ordenação, as executaraõ com effeito.

13.

Eacontecendo algum dos Cazos da dita Ordenação porque conforme a ella se nhaõ alçada athé morte natural não executaraõ a Sentença em que cada hum dos Cazos derem, sendo os Condemnados Escudeiros, ou Cavalheiros da Minha Caza, ou de outra qualidade maior; porque antes de executarem a dita Sentença o faraõ a saber ao Vice Rey, para que com seu parecer se possa dar a dita Sentença á execuçaõ.

14.

E o dito Ouvidor poderá por penas condemnar nellas athé doze mil Reij para Despezas da Justiça, sem das dittas Sentenças haver appellação, nem agravo.

15.

O dito Ouvidor não poderá por Cível, de qualquer qualidade que sejaõ sem perceder Sumario de Testemunhas conforme a Ley nova da Reformaçaõ da Justiça, a qual nisso, e em tudo o mais se cumprirá como nella se contem.

16.

Fará as Audiencias que saõ obrigados a fazer os Corregedores das Comarcas, eisto no Lugar do dito Macio publico, e naõ o havendo acomodado, as fará em sua Caza.

17.

Tirá todas as Devassas, que os Corregedores das Comarcas saõ obrigados a tirar por bem das Minhas Ordenaçoes, Leys Extravagantes deste Reino, sobre as penas nellas declaradas, nos Cazos em que

page_0005

115

se poderem aplicar.

18.

Poderá o dito Ouvidor ouvidor assim prover as Es-
crivancias do Officio de Justiça que vagarem na forma da Ex-
travagante achi o fazer saber ao Vice Rey, o qual o proverá
se lhe convier, emquanto lhe o houver por bem, e não mandan-
do o contrario, e somente poderá prover de propriedade aquelle,
que por seu Regimento pode fazer, e as Provizoens fará
a Meus Creados, e outras Benzas, benemeritas, e rendoas iguay
merecimentos sempre perfirirão Meus Creados.

19.

O dito Ouvidor será obrigado mandar a cada
hum dos Escrivaens, do seu Juizo fazer hum Livro em que
escrevam todos os Feitos, Civeis, e Crimes, e Summosmentos de
Agravos, e as mais Cauzas, deque o dito Ouvidor conhecer,
apensando cada hum o que lhe for distribuido somente
afim de que se proceçarem por bem da Justiça, e os que
forem entrepartes.

20.

Terá mais o dito Ouvidor outro Livro numera-
do, e assignado por elle, em que faça escrever todas as Con-
demnaçoens, e dinheiro que se aplicar ás despezas da
Justiça, ou para outra parte, na forma da Extravagante.

21.

As quaes despezas serão feitas por mandado
do dito Ouvidor, e não do Capitão, e na lide dencia que

houver de dar se lhe tomará conta do dinheiro das despesas, das ditas Condemnaçoens, e para se saber se tem mandado entregar as ditas Condemnaçoens a quem eram applicadas, e as despesas, que por seus mandados se fizeram se são bem feitas.

22.

O dito Ouvidor não poderá ser prezo, nem emprazado durando o tempo do seu Cargo por cazo nenhum Crime, nem Cível, excepto por Mandado do Vice Rey, ou da Relação.

23.

E porque importa muito á boa administração da Justiça, que os Ouvidores tenham authoridade aos Cargos de que lhes faço Mercê, e de serem sujeitos

page_0006

116

aos Capitaens nascião muitos inconvenientes, eeram oprimidos de maneira, que não podiaõ cumprir com asua obrigaçaõ, com a inteireza, e liberdade, que convem ao serviço de Deos, e Meu; equerendo nisso prover: Hey porbem, e mando, que os Capitaens das Viagens de Camara, Japão, Macau não tenhaõ nenhuma Jurisdiçaõ, nem su-prioridade sobre o dito ouvidor de Cadea da dita Povoação de Macáo de Camara, Japão, Macau, Feitoria de Malaca, Camara, Japão, Macau, nem se intro-metta em cauza alguma do que a seu Cargo pertença: se porem Hey porbem, e mando, que o dito ouvidor gover-ne aditta Povoação piovamente athé chegar em Agosto o Capitaõ de Viagem com a Bença, que os Moradores - della elegerem por Capitaõ não sem porque esta sem elle.

24. Comettendo o Ouvidor algum Crime, ou exceço porque pareca ao Capitaõ que deve acuzar disso ao Vice Rey, e fará por suas Cartas, q o Vice Rey mandará ver em Relação para se proceder contra elle como for Justiça.

25. O dito Ouvidor levará a frignatura, como as podem levar os Corregedores das Comarcas por bem dos Seos Regimentos, e Minhas Ordenaçoens.

26. E quando o dito Ouvidor for auzente, ou im-pedido de maneira, que por si não possa servir, sirvirá em seu lugar o Vereador mais velho, ao qual se dará juramento em Camara, Japão, Macau, que bem, e verdadeiramente sirvirá durante o dito impedimento, o qual uzará

em tudo deste Regimento.

27. E afim Hey porbem, que à cerca das Suspeiçãoens que forem postas ao dito ouvidor nos feitos, e Cauzas de que por Razaõ de seu officio pode conhecer, elle tenha a maneira seguinte: Tanto que lhe for intentada suspeição por alguma Parte de qualquer qualidade, ou Condição que seja, não se lançando o dito Ouvidor por suspeito, remetterá os Autos da ditta suspeição ao Vereador mais velho da Camaraõ de Cadea da dita Povoação de Macáo de Camara, Japão, Macau, Feitoria de Malaca, Camara, Japão, Macau, e juramentado, que a determinara

page_0007

417

como for Justiça, e o dito Ouvidor procederá sempre, na Causa em que Repuzerem as ditas suspeiçõis até se determinar finalmente, tomando consigo por adjunto outro Vereador não sendo suspeito, e sendo, tomará outro sem suspeita, com Autos, que assim forem elivenciados, serás valiosos, como se as suspeiçõis lhes não fora inventada, e sendo julgado que não hé respeito porderá só na Causa como havia de fazer se a suspeiçãõ lhenãõ fora posta, e sendo julgado por respeito em tal cazo, não procederá mais, e o meo Juiz em seu lugar que o dito Cazo conheça, segundo a forma de Minhas Ordenacoens.

28- E assim me praz que quando assim for posta Suspeiçãõ ao dito ouvidor em qualquer Cazo assim Crime, como Civel, e a Parte que a puzer não for contente com o seu depoimento, e quizer dar della prova deposite quatro Cruzados antes que lhe seja dado lugar á prova, os quaes perderá para os presos pobres da Cadea da dita Povoação de Macáo de Camara, Japão, Macau, Feitoria de Malaca, Camara, Japão, Macau, se for julgado por não suspeito.

29- Haverá o dito Ouvidor duzentos mil reis de ordenado em cada hum Anno pagos na Feitoria de Malaca pelos Feitores della aos Quarteis do Anno, os quaes Feitores lhe pagaraõ do primeiro dinheiro que houver na Feitoria de maneira, que seja sempre bem pago; e isto com Condicaõ de Escrivaens do Seu Cargo de como terem servido o tempo de Quartel; e com a dita Corridãõ, e Conhecimento do Ou-

vidor será o Dinheiro dos ditos Quarteis Levado em
Conta nas Contas aos Feitores que lhos pagarem, e o
traslado deste Capitulo se Registrará no Livro dos
Registos da Cadea da dita Povoação de Macáo de Camara, Japão, Macau, Feitoria de
Malaca, Camara, Japão, Macau pelo Escrivão
della, e podendo se dar alguma comoda Ordem
como o dito ordenado se pague ao dito ouvidor, e
aos mais que lhe sucederem na Povoação de Macáo de Cadea da dita Povoação de Macáo
de Camara, Japão, Macau, Feitoria de Malaca, Camara, Japão, Macau.

page_0008

[M1.8]

nos Direitos das Fazendas que as Navios que della vem hão de pagar em Malaca, Mando ao ViceRey que ora he, e aos que adiante forem, que alem porque a Minha renda he, que o ditto ordenado lhe seja sempre bem pago na melhor maneira que poder ser, o qual ordenado vencerá o Ouvidor Levado somente.

30. E ditto Ouvidor haverá o mantimento para dous Homens, que o acompanharem, e com elle viverem nas Couzas de Justiça, o qual lhe será pago na Cadea da dita Povoação de Macáo de Camara, Japão, Macau, Feitoria de Malaca, Camara, Japão, Macau ao Guarrey, e á Custa da Minha Fazenda como athe aqui se fes aos mais Ouvidores da Fortaleza da Estado da India, e isto por Certidão que escrevem ante o ditto Ouvidor, em que declare como rem o ditto, dous Homens, e com elle servem na maneira sobreditta.

31. E Mando, que o ditto Ouvidor se não intrometa na Jurisdição que o Mandarim daquella Fortaleza tem sobre os Chins, e Chineos; ena Caos que se moverem entre os moradores, e elle, lhe fará inteiramente comprimento da Justiça.

32. Hey por bem, que este Regimento se cumpra e mende daqui em diante na forma, e maneira nelle declarada, sem embargo de quaesquer outros Regimentos, Leys, e Provizoens, e Alvores que em contrario sejam panados, os quaes Hey por derogados, e quero que senão cumprão, nem tenham força, nem vigor algum, nem se guardem no que

a este encontrarem, o qual se Registrará no L.º da
Relação do Estado da India, e no Regimento do
Secret.º, e no da Chancellaria, e no L.º da Camara, Japão, Macau
da ditta Cidade de Goa; e assim se Registrará no L.º do
Registo de todas as Fortalezas da Estado da India; e para pa-
ra em geral ser notorio o conteudo nelle, o pro-
prio se porá na Arca da Camara, Japão, Macau da ditta Cidade
de Cidade de Goa, aonde Hey que estará em todo o tempo

page_0009

mais guardado. Notifico assim ao Meu ViceRey do Estado da India, e aos Dezembargadores da Relação delle, e a todos os mais Capitains, e mais Justiças, Officiaes, e Pessoas, da dita parte da Estado da India, que ora saõ, e adiante forem. Mando, que em tudo cumprãõ, e guardem, e façãõ com effeito cumprir, e guardar este Regimento como nelle se contem sem duvida, Embargo, nem contradicaõ alguma, que a elle seja posta, porque assim he Minha Merce; e por firmeza de tudo mandei este por Mim assignado que sera todo o effeito por que naõ seja passado pela Chancellaria sem embargo da Ordenaçoes que dispoem o contrario. Francisco de Bairro, o fes em Madrid a 16 de Fevereiro Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1587. Roque Vieira o fez escrever.

El Rey, os.